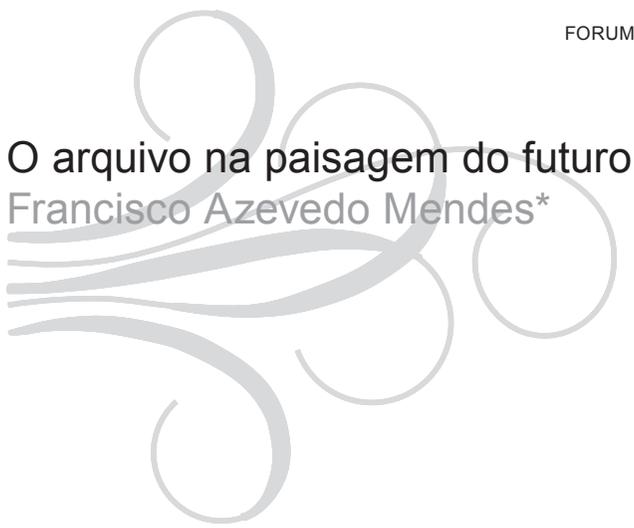


O arquivo na paisagem do futuro

Francisco Azevedo Mendes*



Gostaria que houvesse lugares estáveis,
imóveis, intangíveis, intocados e quase intocáveis,
imutáveis, enraizados; lugares que
fossem referências, pontos de partida, princípios:
(...)

Tais lugares não existem, e como não existem
o espaço torna-se pergunta, deixa de ser evidência,
deixa de estar incorporado, deixa de estar apropriado.
O espaço é uma dúvida

Georges Perec, Espèces d'espaces, 1974

Introdução

O arquivo ocupa atualmente um lugar central no turbilhão que reconfigura as matérias a que nos habituámos a chamar globais, entre a economia política das crises e a ecologia do futuro. Este *statement* não é, claro, inocente, pois convoca para o interior dos próprios arquivos a responsabilidade de refletir sobre o mundo que os envolve e os transforma. É sobre essa condição que

* Professor auxiliar do Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho, investigador integrado do Laboratório de Paisagens, Património e Território da Universidade do Minho (Lab2PT) e investigador colaborador do Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais (CICS. Nova.UMinho). fmendes@ics.uminho.pt

instalarei a minha intervenção¹. Socorrer-me-ei, para tal, da suspeita de que os arquivos atraem para a sua esfera de ação as descobertas científicas e os choques disciplinares daí resultantes, as transições políticas e os seus regimes de representação, a ingovernabilidade da teoria enquanto produto assaz estranho da praxis, as redes digitais que de forma avassaladora potenciam a subjetividade da nossa ação coletiva e individual. Vejamos como.

Quando, no ano orwelliano de 1984, Italo Calvino foi convidado pela Universidade de Harvard a proferir as Charles Eliot Norton Poetry Lectures, o desafio que livremente escolheu para um ciclo de seis conferências foi pensar o futuro da literatura no milénio seguinte a partir de «valores ou qualidades ou especificidades», como propôs, da literatura a que estava ligado: Leveza, Rapidez, Exatidão, Visibilidade, Multiplicidade e Consistência². Proponho, seguindo a sua inspiração, refletir sobre duas encruzilhadas que intercetam uma perspetiva sobre o futuro dos arquivos a que estou ligado³: Contemporaneidade e Plasticidade. No final deste texto, interrogarei o lastro da discussão a partir do último valor calviniano, a Consistência, abruptamente deixado em branco pelo escritor, devido à sua morte, em setembro de 1985. Apenas sabemos que Consistência decorreria sob o signo enigmático de *Bartleby* (1853) de Herman Melville, o criador de *Moby Dick*. Sem querer preencher esse vazio, tentarei reconduzir a análise à dúvida de que, acima, fala Georges Perec – a do espaço, melhor, a do valor da paisagem como sujeito e objeto de uma deslocação, a do Arquivo Distrital de Braga (ADB).

Contemporaneidade

Em *O futuro e os seus inimigos*, de 2009, Daniel Innerarity confronta-nos com «a paisagem temporal da sociedade contemporânea», nomeadamente com a sua aceleração, não porque esta fosse uma novidade absoluta, mas sim devido à ultrapassagem de certos limiares críticos que desencadearam, segundo ele, um «presente absoluto sem profundidade temporal»⁴. A observação é paradoxal: como é possível acelerar sem o espaço da profundidade? Sem

se inteirar desse efeito, a que voltarei, Innerarity conduz a sua análise para outras consequências: a ruína de categorias que sustentavam o entendimento das «transformações sociais», a perda de capacidade do uso de «critérios de responsabilidade». Retendo estes dados – superficialidade temporal, ruína categorial, irresponsabilização momentânea –, talvez eles possam servir como mecanismos de ressonância de uma característica oblíqua dos arquivos atuais, quer do ponto de vista teórico quer do ponto de vista prático: a impossibilidade de os disciplinar no estreito limite dos seus ambientes físicos tradicionais (isto é, e também, dos seus tempos e das suas categorias de definição, dos seus critérios de responsabilidade). O arquivo, tal como o tempo, parece estar fora dos eixos – «out of joint», na expressão longínqua do *Hamlet* de William Shakespeare. Este desconjuntamento é, hoje, a impressão cavada pela situação turbulenta quer das expectativas temporais quer das possibilidades arquivísticas. Mas de que tempos e de que arquivos estamos a falar? E por que razão juntá-los na mesma paisagem? A explicação deste fenómeno conduz-nos ao labirinto da dimensão política dos arquivos nas sociedades contemporâneas. Longe de se constituir como uma questão alheia aos arquivistas e aos grandes arquivos institucionalizados, entre outros agentes e instituições, a política de arquivos absorveu e absorve grande parte do impacto da paisagem temporal contemporânea⁵.

De certa forma, a *febre de arquivo* que assaltou a cultura contemporânea, expressão que resulta da tradução anglo-saxónica de um texto de Jacques Derrida intitulado *Mal d'archive*, de 1995, corresponde a um sintoma dessa viragem política dos arquivos⁶. Sem essa viragem não é possível compreender o tempo nos e dos arquivos. No seu contexto mais próximo, esta viragem é o espelho estilhaçado das transições políticas que ocorreram nas últimas décadas do século XX e da exposição iminente dos arquivos políticos dos antigos aparelhos repressivos e de governo⁷. Em causa está, como nunca, a democratização do acesso à informação proibida. Mas o fio político da escalada arquivística não seria eficaz como variável explicativa se não se misturasse com a explosão da informação na era digital⁸ e com a estetização da noção de arquivo e a sua utilização na arte⁹. Esta, em rigor, antecipa a ultrapassagem das fronteiras físicas das instituições arquivísticas anichadas e largamente desenvolvidas à sombra do estado-nação e das suas extensões imperiais dos séculos XIX e XX¹⁰. É aqui que nos encontramos.

Sabia-se já que o tempo nos arquivos históricos públicos não estava congelado e que estes estariam destinados a manobrar, a prazo, com a própria órbita das suas responsabilidades e (in)capacidades de incorporação. Radicalmente novas são, por um lado, a proliferação cultural dos impulsos arquivísticos e, por outro, a consciência da dimensão de poder que dá corpo à arte de arquivar¹¹. A imagem dessa viragem arquivística dos nossos tempos fragmenta-se massivamente na espiral das séries e dos traços documentais arquivados e por arquivar, compostos de marcas seletivas, sujeitos a intervalos e a interrupções que traduzem negociações sobre a informação e alterações mais ou menos profundas dos seus regimes de verdade¹². Os perfis da informação a procurar, as políticas de aquisição a executar, as cadeias operatórias do tratamento documental e o interface com a legislação pública e as práticas informais que enquadram a destrutibilidade dos dados andam a par com a verificação de que os arquivos mudaram: já não são apenas aqueles arquivos históricos públicos, já não são apenas os arquivos correntes das administrações (para) estatais e empresariais, são também, irredutivelmente, os produtos e os gestos das atividades mais ou menos comuns de um número crescente de pessoas e instituições¹³. O perímetro temporal dos arquivos, recortado pelo poder e pelas disciplinas de atenção arquivísticas¹⁴, só pode ser o futuro desta paisagem. Os arquivos deixaram de ser âncoras estáveis, tornaram-se plataformas inquietas onde a tecnologia se cruza com a necessidade de enfrentar a historicidade instável do nosso quotidiano.

Nesse sentido, talvez importe reconsiderar a questão acima levantada da ausência de profundidade temporal do presente dito «absoluto». Este presente deveria ser temporalmente avesso à disseminação arquivística. O arquivo deveria logicamente morrer na praia dos presentes eternos ou seria obrigado a pensar-se como uma espécie de equivalente patrimonial de uma atenção circular perante a história. Estranhamente, ou talvez não, essa morte anunciada não ocorreu. Os arquivos já não são lugares fixos de memória, antes pelo contrário¹⁵. Como o século XX de Ernst Bloch e Reinhart Koselleck, entre muitos outros, nos mostrou, o presente é marcado pela coexistência de tempos distintos, pela «contemporaneidade do não-contemporâneo»¹⁶. Nos arquivos esta qualidade é evidente: os estratos de informação, de distintos tempos, coexistem numa ordem que só é aparente, devido à erupção de zonas mais

ásperas e inesperadas de contato¹⁷. Eis um feixe pouco explorado da resistência arquivística, qualquer que ela seja. A intensidade desta assimetria temporal não resolve, porém, a questão do regime de historicidade atual, nomeadamente a sua relação ambígua com os arquivos. Sujeitos à aceleração globalizante, o reposicionamento físico dos arquivos e o choque energético das suas diversas concepções parecem crescer em sucessivas figurações¹⁸.

Ora, essa qualidade quase inominável decorre da forma como eles se transformaram em vasos comunicantes das «quebras temporais», onde, como refere Chris Lorenz, os diversos passados e presentes se aglutinam e misturam em «formas impuras», alimentando as incertezas dos próximos futuros¹⁹. Neste contexto, convirá substituir o diagnóstico da falta de profundidade temporal do presente pela multiplicação dessas quebras, como se de um *zapping* temporal se tratasse. A mobilidade do tempo curto-circuitado em linhas quebradas que se sobrepõem e são obrigadas a performances mais exigentes pode ser, afinal, a recriação dialética da profundidade perdida de Innerarity. Talvez seja útil repensar esta condição e apreender esse futuro escondido no interior de uma aparente falta de profundidade ou de excesso de presentismo²⁰. É aqui que nos reencontramos com a peculiar contemporaneidade dos vários arquivos e com a fascinante paisagem do seu futuro.

Plasticidade

Convém não iludir a perspectiva certa, embora polémica, de que nos arquivos emergiu nas últimas décadas uma grande divisão entre arquivistas e historiadores, usando a terminologia de Francis X. Blouin Jr. e William G. Rosenberg²¹. Falar nestes termos pode parecer algo anacrónico tendo em consideração o que se disse acima em Contemporaneidade. Não só não é anacrónico, mas poderia estender essa divisão a um choque autoral e de autoridades que abrange mais disciplinas e interesses implicados nos arquivos. Os impulsos arquivísticos são por vezes, na paisagem que tento descrever, tempestuosos.

Retenho dois aspetos: a desmultiplicação dos circuitos de trabalho nos arquivos e a tensão interparadigmática entre fundos e sistemas informacionais no âmbito da arquivística. Continuamos muito perto da realidade transformada dos antigos e dos novos arquivos²².

Se a base administrativa dos poderes estatais constitui o filtro da identidade dos arquivos desde a antiguidade, a trajetória destes a partir de finais do século XVIII e ao longo dos séculos XIX e XX passa pela refundação das autoridades que os enquadram. É possível marcar dois movimentos: um primeiro movimento que assiste à criação dos grandes arquivos nacionais e que funciona ao mesmo tempo como a base de legitimação da historiografia académica; um segundo movimento impulsionado pela autonomização gradual da arquivística como ciência. A complexificação destes dois movimentos no universo dos arquivos, com a discussão interna de novos desafios, foi atravessada nas últimas décadas pela revolução eletrónica e informática, com novas plataformas e soluções para a produção e tratamento da informação. A desmaterialização dos arquivos em formatos digitais corresponde, na sua imensidão, a uma das pontas de uma terceira vaga que invade os arquivos. A triangulação destas vagas não pode esquecer a condição contemporânea de que se falava atrás: os arquivos são uma matéria disseminada na sociedade e expressão transversal de uma transformação cultural profunda. Recorrendo a uma expressão de Andreas Huyssen, é possível vaticinar que «a velocidade de rotação baixa do arquivo» desapareceu, o cálculo pausado de uma acumulação previsível, dita lógica e positiva, dos documentos nos arquivos esfumou-se²³. Em seu lugar, desmultiplicam-se os circuitos de trabalho compostos por profissionais com distintas competências e performances. Os arquivistas são, hoje, agentes duplos dessa contemporaneidade²⁴: vêm, sem provavelmente o saberem, do futuro, e, no mesmo lance, são herdeiros de uma tradição arquivística reinventada pelos presentes passados que desaguam na atualidade.

No regime de adequação que decorre destes circuitos de trabalhos, a relação entre fundos e fluxos é particularmente interessante de seguir. O termo fundo cristalizou um complexo de técnicas em torno da recuperação dos processos de origem da documentação, da sua identidade orgânica primária, proporcionando um princípio de arrumação universal nos arquivos. O termo sistema convoca uma visão integrada da informação desde a sua produção original às sucessivas

reutilizações e integrações noutros contextos, jogando desta forma com um princípio de interação global nos arquivos. Ambas as linguagens, parece-me, não se excluem. Fundo e sistema são atualmente obrigados à necessidade cada vez mais forte de monitorizar os fluxos de informação e a transmigração de um objeto «material» para outro «digital». Mais: a condição da informação já é digital. A preservação será uma tarefa cada vez mais exigente, nomeadamente nesta esfera onde recairá a responsabilidade de resgatar grande parte da informação produzida nas últimas décadas e futuramente. Resgate esse que assume não poucas vezes uma face de denúncia perante os regimes de vigilância e de segredo²⁵. Estamos inadvertidamente perante um feixe de forças que testa a plasticidade dos problemas e das soluções, num ritmo que exige ser ponderado de forma implacável – a pregnância dos fundos documentais antigos exige isso mesmo aos novos sistemas de informação.

Conclusão

Regressemos, por momentos, à Consistência calviniana, ao seu único indício – Bartleby, o escrivão. Este adia indefinidamente o ato da escrita, «preferiria de não» responde ele ao homem de leis, seu patrão²⁶. No final do conto, sabemos que Bartleby tinha sido funcionário do serviço postal que se encarregava de destruir as cartas perdidas – *dead letters office*. Na leitura bem posterior, a recusa insinua-se como uma força da potência pura, uma zona indiscernível onde se jogam todas as possibilidades, mesmo a de não ser. Nesse movimento, a reescrita teórica do conto cruza-se com a lição por realizar de Italo Calvino – dupla ironia assinalada pela sua morte. Consistência parece abrir-se como uma caixa de possibilidades em várias direções, retomando os outros valores escolhidos por Calvino, entre a Leveza e a Multiplicidade, ou, no caso presente, cruzando os efeitos de Contemporaneidade e Plasticidade. É assim que o futuro próximo do ADB se constitui como uma tempestade rara no cruzamento dessas valências. É para aí que convido o leitor a dirigir-se.

O futuro do ADB será antes de mais a sua transferência para novas instalações²⁷ – do complexo arquitetónico do antigo paço arquiépiscopal²⁸, no centro da cidade antiga, onde partilha instalações com a Biblioteca Pública, para a rua Abade da Loureira, localizada no subúrbio antigo, num projeto que requalifica um edifício da Universidade do Minho (Figs. 1 a 6). A rota da deslocação é, numa leitura de longa duração, uma abertura cheia de significado no reordenamento do corpo da cidade²⁹. Com o arquivo desloca-se uma multidão de documentos – centelhas de vidas³⁰ – que se albergou com o passar dos anos dentro dele, desde, pelo menos, 1917, quando é criado o Arquivo Distrital, e num périplo que só se deteve em 1934 nas atuais instalações do Paço. Mas é possível e desejável recuar e ir mais longe. Ao redor do ADB e das linhas internas e externas das deslocações passadas e anunciada, convém atentar nas peças da «vida ainda não interpretada», na belíssima expressão de Nadine Gordimer³¹.

O ADB que se desloca ainda é, em múltiplas formas, o arquivo cívico e liberal que ajudou a dar corpo à cidade do século XX. Como referia Manuel Monteiro, a partir da cidade de Alexandria, onde era juiz-presidente do Tribunal Internacional, e em carta de 18 de abril de 1921 a Alberto Feio, diretor do recém-fundado Arquivo Distrital, «novos rasgões de luz se fazem sobre os obscuros horizontes da nossa história»³². O que importa salientar, neste momento, é não apenas esta matriz – organicamente ligada, de resto, à Biblioteca Pública até 1978, quando se dividem em duas unidades culturais da Universidade do Minho –, mas, também, a nuvem de possibilidades levantada pela multidão deslocada – será isso mesmo o ADB, a sua dúvida como espaço. Ambos os fenómenos – o arquivo demoliberal e o arquivo deslocado – são, com todo o rigor, contemporâneos e plásticos, transportando os efeitos do futuro aqui discutido para o plano, sempre hipotético, de um grande arquivo³³.

Calculando a vertigem do tempo aqui implicada, torna-se importante, finalmente, fixar aqueles que na primeira linha darão corpo a esse desafio, os arquivistas atuais do ADB: António Sousa, Ana Sandra Meneses, Amélia Carvalho, Antónia Fernandes, Goreti Fontes, Helena Gomes, Jorge Melo, Júlio Nunes, Luís Araújo, Lurdes Sousa, Mário Filipe Rodrigues e Nuno Macieira. Aos doze: boa sorte e muito obrigado.

Notas

¹ Este texto conserva o essencial da intervenção que fiz no dia 17 de julho de 2014, em Braga, no Salão Nobre da Reitoria, no âmbito comemorativo dos 40 anos do Arquivo Distrital de Braga (ADB) como Unidade da Universidade do Minho. O convite tinha-me sido dirigido no dia 19 de junho desse ano pelo Diretor do ADB, António Sousa, a quem agradeço o gesto inesperado e a fórmula da proposta. Tratava-se de projetar, com base na minha experiência, a atualidade do arquivo no seu futuro. Nesse contexto comemorativo, foi realizada pelo ADB uma invulgar exposição documental da sua exclusiva autoria, da qual infelizmente não se fez catálogo. Num exercício que convocava ideias, documentos, objetos e técnicas, revelava-se as muitas vidas e sentidos do arquivo. Abel Rodrigues, da Casa de Mateus, Alberto Sá, António Lázaro, Fátima Moura Ferreira, todos do Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho, Anabela Ramos, do Mosteiro de Tibães, Henrique Barreto Nunes e Maria Francisca Xavier, ambos do Conselho Cultural da Universidade do Minho, Márcia Oliveira, da Fundação Carlos Lloyd Braga, Miguel Rodrigues, Estudante da Faculdade de Belas Artes da Universidade de Lisboa, Nuno Borges de Araújo, Bolseiro de doutoramento da FCT e do Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade da Universidade do Minho, e, *last but not the least*, Sandra Meneses, do ADB, têm-me ajudado a decifrar essa realidade, projetando um amplo e exigente xadrez de figurações e reatando outras influências. Bruno Fonseca, Carla Xavier, Isabel Martins, Jorge Torres, Natália Pereira e Rafaela Sousa, do Lab2PT, Cristiano Cardoso e João Carlos Gachineiro têm, no âmbito das suas investigações arquivísticas e históricas, discutidas em excelentes teses de mestrado e outros trabalhos, contribuído fortemente para recombinar aquele xadrez. As reflexões aqui expostas constituem um pequeno tributo para a tarefa imensa e cheia de futuro do ADB. O texto é dedicado a José Maria Leite de Carvalho de Azevedo Mendes, meu pai, que me ensinou, literalmente, a procurar o caminho da caixa negra do arquivo nas «pequenas peças» das ações humanas que constroem grande parte das reais condições de vida dos antigos e dos novos países.

² Italo Calvino, *Seis propostas para o próximo milénio* / inclui o texto inédito *Começar e Acabar* (Lisboa: Teorema, 2006).

³ O Departamento de História da Universidade do Minho, onde dou aulas, tem desde há muitos anos usufruído do apoio do ADB no seu ensino graduado e pós-graduado. No ADB há mesmo uma sala destacada para a lecionação.

⁴ Daniel Innerarity, *O futuro e os seus inimigos. Uma defesa da esperança política* (Lisboa: Teorema, 2011), 35.

⁵ Eric Ketelaar, «Time future contained in time past. Archival science in the 21st century», *Journal of the Japan Society for Archival Science*, 1 (2004): 20-25; Bertrand Müller, «Des archives en mutation et du vertige de l'historien. Remarques historiographiques», *Études et sources*, 2001: 49-63.

⁶ Jacques Derrida, *Mal d'archive. Une impression freudienne* (Paris: Galilée, 1995). Na tradução: *Archive fever*. O livro resulta de um Colóquio realizado em Londres, em 1994, e que abordava a memória a partir da questão do arquivo. Uma incursão de fôlego sobre este tema é feita por Joana Duarte Bernardes, «O arquivo: sob o paradigma da arca da aliança», em «Para além da imaginação histórica: memória, morte, fantasia» (tese de doutoramento, Coimbra, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 2014), vol. I, 97-115.

⁷ Sonia Combe, *Archives interdites. L'histoire confisquée* (Paris: La Découverte & Syros, 2001); Ann Laura Stoler, *Along the archival grain. Epistemic anxieties and colonial common sense* (Princeton & Oxford: Princeton University Press, 2009); Kate Eichhorn, *The Archival Turn in Feminism: Outrage in Order* (Philadelphia: Temple University Press, 2013); Stewart Motha e Honni van Rijswijk, *Law, memory, violence. Uncovering the counter-archive* (London: Routledge, 2016).

⁸ Vejam-se os pontos de irradiação e os resultados impactantes obtidos por Alberto Sá na observação da revolução digital, em «Arquivos dos media e preservação da memória. Processos e estratégias do caso português na era digital» (tese de doutoramento, Braga, Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho, 2011). Refletindo sobre o trabalho de Wolfgang Ernst em torno da *arqueologia dos media*, veja-se, também, Jussi Parikka, ed., *Digital memory and the archive* (Minneapolis, London: University of Minnesota Press, 2013).

⁹ Anna Maria Guasch Ferrer, *Arte y Archivo (1920-2010): Genealogías, tipologías y discontinuidades* (Madrid: Akal, 2011); Sven Spieker, *The big archive. Art from bureaucracy* (Cambridge, Massachusetts: MIT, 2008); Hal Foster, «An archival impulse», *October*, 110 (Fall 2004): 3-22. No domínio da fotografia, veja-se, por exemplo, as perspetivas de Daniel Blaufuks, *O arquivo. Um álbum de textos* (Lisboa: Edição Vera Cortês, 2008). Em André Tavares e Pedro Bandeira, ed., *Eduardo Souto Moura. Atlas de parede. Imagens de método* (Porto: Dafne Editora, 2011), por seu turno, abre-se e problematiza-se uma janela sobre a dimensão arquivística na prática arquitetónica.

¹⁰ Sobre a relação temporal da estatalidade contemporânea, veja-se Rui Cunha Martins, «Estado, tempo e limite», *Revista de História das Ideias*, vol. 26 (2005): 307-342.

¹¹ Terry Cook, «The archive(s) is a foreign country: historians, archivists and the changing archival landscape», *The American Archivist*, 74 (2011): 600-632; Terry Cook, «Landscapes of the past. Archivists, historians and the fight for memoria. Public lecture» (Madrid, 23 junho 2010); Joan M. Schwartz, «Having new eyes: spaces of archives, landscapes of power», *Archives & Social Studies: A Journal of Interdisciplinary Research*, vol. 1, n.º 0 (march 2007): 321-362; Eric Ketelaar, «Archival temples, archival prisons: modes of power and protection», *Archival Science*, 2 (2002): 221-238.

¹² Jacques Rancière, «Em que tempo vivemos?», *Serrote. Uma revista de ensaios, artes visuais, ideias e literatura*, n.º 16 (março 2014): 203-222.

¹³ Andreas Huyssen, *After de High/Low debate* (Barcelona: MACBA, sd.). Trata-se de uma conferência proferida por Huyssen no Museu d'Art Contemporani de Barcelona, em 1999, sob o título *Presents past*, e publicada na coleção on-line *Quaderns Portàtils*.

¹⁴ Marlene Manoff, «Theories of the archive from across the disciplines». *portal: Libraries and the Academy*, vol. 4, n.º 1 (2004): 9–25. Sobre a questão atencional, veja-se o interpelante livro de Jonathan Crary, *24/7: Late capitalism and the ends of sleep* (London: VersoBook, 2014).

¹⁵ Aleida Assmann, *Cultural memory and western civilization: Functions, memory, archives* (New York: Cambridge University Press, 2011).

¹⁶ Ernst Bloch, *Heritage of our times* (Berkeley e Los Angeles: University of California Press, 1991) – a publicação original é de 1934; Reinhart Koselleck, *Le futur passé. Contribution à la sémantique des temps historiques* (Paris: Éditions de L'École des Hautes Études en Sciences Sociales, 1990) – a publicação original é de 1979.

¹⁷ Como refere Arlette Farge, «o arquivo é um brecha no tecido dos dias, uma visão tensa de um acontecimento inesperado» – cf. *Le goût de l'archive* (Paris: Éditions du Seuil, 1989), 13.

¹⁸ Carolyn Hamilton et al., ed., *Refiguring archives* (Dordrecht; Boston: Kluwer Academic, 2002); Geoffrey C. Bowker, *Memory practices in the sciences* (Cambridge, Massachusetts: MIT, 2005); Gunhild Borggreen e Rune Gade, ed., *Performing archives/archives of performance* (Copenhagen: Museum Tusculanum Press, 2013).

¹⁹ Chris Lorenz e Marek Tamm, «Who knows where the time goes?», *Rethinking History: The Journal of Theory and Practice*, vol. 18, n.º 4 (2014): 499-521; Chris Lorenz e Berber Bevernage, ed., *Breaking up time. Negotiating the borders between the present, past and future* (Göttingen: Vandenoek & Ruprecht, 2013).

²⁰ Em François Hartog, *Régimes d'historicité. Présentisme et expériences du temps* (Paris: Éditions du Seuil, 2003), é possível encontrar uma abordagem das falhas do presente, mas num sentido negativo, pouco atento ao aprofundamento temporal decorrente precisamente das quebras.

²¹ Francis X. Blouin Jr. e William G. Rosemberg, *Processing the past. Contesting authority in history and the archives* (Oxford: Oxford University Press 2011).

²² Marie-Anne Chabin, *Je pense donc j'archive. L'archive dans la société de l'information* (Paris: Harmattan, 1999); Adrian Cunningham, «A alma e a consciência do arquivista: reflexões sobre o poder, a paixão e o positivismo de uma profissão missionária», *Cadernos BAD*, 2 (2003): 55-67. Representando um arco de reflexão forte e inovador no âmbito das transformações da arquivística, veja-se: Armando Malheiro da Silva, Fernanda Ribeiro, Júlio Ramos e Manuel Luís Real, *Arquivística. Teoria e prática de uma ciência da informação* (Porto: Afrontamento, 2009, 3.ª ed.); Armando Malheiro da Silva, *A informação. Da compreensão do fenómeno e construção do objecto científico* (Porto: Afrontamento, 2006); Fernanda Ribeiro, *Para o estudo do paradigma patrimonialista e custodial: a Inspeção das Bibliotecas e Arquivos e o contributo de António Ferrão (1887-1965)* (Porto: CETAC, Edições Afrontamento, 2008); Fernanda Ribeiro, «A arquivística como disciplina aplicada no campo da ciência da informação», *Perspectivas em Gestão & Conhecimento*, vol. 1, n.º 1 (2011): 59-73.

²³ Huysen, *After de High/Low debate*, 5.

²⁴ A expressão «agente duplo da contemporaneidade» fui buscá-la a Rui Cunha Martins, *O ponto cego do direito. The Brazilian lessons* (S. Paulo: Atlas, 2013, 3.ª edição).

²⁵ Jennie Hill, ed., *The future of archives and recordkeeping: A reader* (London: Fact Publishing, 2011).

²⁶ Veja-se a edição do conto feita por Giorgio Agamben e Pedro A. H. Paixão, *Bartleby, O escrivão de Herman Melville* (Lisboa: Assírio Alvim, 2008). Cf. Maria Lucília Marcos, org., *I would prefer not to. Em torno de Bartleby* (Lisboa: CECL/UNYLEYA, 2013).

²⁷ Sobre a arquitetura dos arquivos, veja-se o interessante livro de Maria Barbara Bertini e Vincenza Petrilli, *I Custodi della memoria. L'edilizia archivistica italiana statale del XX secolo* (Rimini: Maggioli Editore, 2014). As novas instalações terão a capacidade para 20 kilómetros de documentação.

²⁸ Henrique Barreto Nunes, «O espírito do lugar: o paço, as alas e a cidade», em Fátima Moura Ferreira, coord., *História da Universidade do Minho 1973/1974-2014* (Braga: Fundação Carlos Lloyd Braga, 2014), 345-352.

²⁹ O ensaio de reconstituição de algumas demarcações fundiárias nos subúrbios de Braga, partindo de uma sequência precisa de *villae* referida em documentação do século XI – e

que atingia a futura localização do ADB –, permitiu entrever, num outro ângulo, a história das permanências e das transformações dessa paisagem. Arranca daqui a leitura da deslocação física do ADB enquanto plataforma que desafia as linhas de projeção do corpo da cidade. A investigação, que envolveu o uso de cartografia, como a que é utilizada nas figs. 5 e 6, resulta de um programa específico desenvolvido no projeto *Changing Landscapes. Bracara Augusta and its territory (V-VII centuries)*, coordenado por Manuela dos Reis Martins (Departamento de História, Lab2PT, Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho), financiado por fundos estruturais da União Europeia e fundos nacionais provenientes da Fundação para a Ciência e Tecnologia (FCT) (referência PTDC/HIS-ARQ/121136/2010), e que mobilizou uma numerosa equipa interdisciplinar. Cf., nesse âmbito, Raquel Martinez Peñin, ed., *Braga and its territory between the fifth and the fifteenth centuries* (Lleida, Braga: Edicions de la Universitat de Lleida, Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho, 2015). Aproveito para agradecer à Cristina Vilas Boas Braga (Bolseira de doutoramento da FCT, Lab2PT, Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho) e à Helena Paula Abreu de Carvalho (Departamento de História, Lab2PT, Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho), com quem trabalhei mais de perto sobre aquela problemática, a oportunidade de ter beneficiado das suas capacidades e dos seus resultados de investigação. Com a Helena tenho tido, aliás, a possibilidade, absolutamente rara, de aprender a enfrentar a historicidade complexa – e selvagem, diria eu – da centurição romana da paisagem rural na periferia próxima da cidade, ou, como defende e prefere, da «densidade de uso expressa na reciclagem das formas cadastrais».

³⁰ A filiação da multidão nos corpos documentais não é, nesta circunstância, uma mera metáfora, mas sim uma dinâmica social que afeta o campo de percepção das próprias zonas de contato ao rés dos arquivos. Cf. Antoinette Burton, ed., *Archive stories. Facts, fictions and the writing of history* (Durham & London: Duke University Press, 2005). Brian Neville e Johanne Villeneuve, ed., *Waste-site stories. The recycling of memory* (New York: State University of New York Press, 2002); Carolyn Steedman, *Dust* (Manchester: Manchester University Press, 2001); Thomas Osborne, «The ordinariness of the archive», *History of the Human Sciences*, vol. 12, n.º 2 (1999): 51-64.

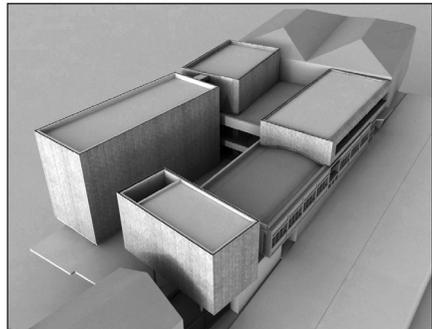
³¹ A expressão ocorre em *None to Accompany Me*, de 1994.

³² Manuel Monteiro saudava assim o novo Boletim – cf. Henrique Barreto Nunes, «O 'Boletim da Biblioteca Pública e do Arquivo Distrital de Braga'», *Forum*, 42-43 (julho 2007/janeiro 2008): 287-305. Os ecos da «questão dos papeis de Braga» de 1913, quando a cidade se subleva contra a tentativa de centralizar em Lisboa parte da documentação histórica das suas instituições, ainda se fazem sentir nestas palavras. Tenho como segura a ideia que nos estudos e na ação cultural de Henrique Barreto Nunes se encontra parte substancial da memória viva do arquivo liberal – cf. «O Arquivo Distrital de Braga, uma obra da República», *Misericórdia de Braga. Revista da Santa Casa da Misericórdia de Braga*, n.º 9 (2013): 439-456. A este propósito, veja-se Patrick Joyce, «The politics of the liberal archive», *History of the human sciences*, vol.12, n.º 2 (1999): 33-49.

³³ Sobre a construção desse futuro, veja-se a publicação periódica *Arcaz*, disponível on-line em www.adb.uminho.pt/, onde gradualmente se evidencia a revolução digital, a política ativa de incorporações, as estratégias em curso de interpretação e conservação arquivística dos fundos e sistemas já existentes, os crescentes serviços prestados, num quadro ainda exíguo de recursos e de pessoas.



Figuras 1 e 2 – Perspetivas das atuais instalações do ADB no edifício do Largo do Paço, Braga. Fotografias de Libório Manuel Silva. Cedência do ADB.



Figuras 3 e 4 – Perspetivas das futuras instalações do ADB na rua Abade da Loureira, Braga. Cedência do ADB.



Figuras 5 e 6 – Localização das futuras instalações do ADB em mapas antigos sobrepostos ao mapa Google: 5) *Demonstração geographica...extramuros da cidade de Braga*, meados do século XVIII (TT, Desembargo do Paço, Secretaria das Comarcas, Repartição do Minho e Trás-os-Montes, Expediente..., 1-1/26/85-A); 6) *Arredores do Campo da Vinha*, segunda metade do século XIX (AMB, Obras Urbanas, 158/5).